

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE PLANO DE CURSO 2010.I

CENTRO	COLEGIADO(S)
CCAAB	Agronomia

COMPONENTE CURRICULAR	
CÓDIGO	TÍTULO
CCA 308	Legislação, Perícias e Ética Profissional

CARGA HORÁRIA				NOME DO DOCENTE
T	P	Est.	TOTAL	
51			51	Célia Regina Ferrari Faganello Noirtin

EMENTA
Introdução ao Direito Agrário, Ambiental e Social. Perícias e Avaliações. Laudos de Avaliação e Vistoria segundo as Normas da ABNT. Regulamentação dos profissionais de Ciências Agrárias. Ética profissional. Direitos e deveres do profissional de Ciências Agrárias, sua responsabilidade social e seu papel histórico no Brasil.

OBJETIVOS
Abordar a importância da ética para a profissão do Engenheiro Agrônomo Apresentar o direitos e deveres dos profissionais de ciências agrárias, bem como a regulamentação dos profissionais da área. Introduzir conceitos fundamentais de Direito Ambiental, Direito Agrário e Direito Social, despertando nos discentes uma visão crítica do Direito, com postura ética e cidadã. Apresentar os principais conceitos e fundamentos que orientam a perícia ambiental, ferramenta de suma importância para a preservação do meio ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Unidade I – Ética Profissional</p> <p>1.1 Introdução à ética profissional.</p> <p>1.2 Código de ética do Engenheiro Agrônomo.</p> <p>Unidade II – Legislação Ambiental</p> <p>2.1 Introdução ao Direito Ambiental. Introdução ao Direito Agrário e ao Direito Social.</p> <p>2.2 Lei Federal 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente, alterada pela Lei 10165 de 27/12/00 e Decreto 99.274/90.</p> <p>2.3 Lei Federal 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais e Decreto 3.179/99.</p> <p>2.4 Lei Federal 9.985/00 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Decreto 4.340 de 22/08/2002 - Regulamenta Artigos da Lei nº 9.985/00.</p> <p>2.5 Legislação que regulamenta a atividade do perito engenheiro agrônomo</p> <p>Unidade III – Perícia Ambiental</p> <p>4.1 PERÍCIA - Conceito de Perícia; Objetivo da perícia; Classificação das periciais (Judicial Extrajudicial e Arbitral); Diligências. PROVA PERICIAL - Meios de Prova Pericial (exame, vistoria e avaliação), segunda perícia, perícia complexa, ônus da prova, confissão, prova documental, prova testemunhal, presunção.</p>

4.2 PERITO JUDICIAL - Nomeação e compromisso, responsabilidade civil e criminal, escusas, impedimento, suspensão, substituição do perito, termo de registro das diligências, prazo de entrega do laudo pericial. Esclarecimentos, assistente técnico; REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS - Remuneração do perito e dos assistentes técnicos, determinação do montante, recebimento de honorários, liberação de honorários, arbitramento de honorários, honorários em imprevido policial, honorários em juízo arbitral, honorários na justiça gratuita.

4.3 QUESITOS DE PERÍCIA - Rol de quesitos, quesitos complementares, lógica dos quesitos, quesitos pertinentes e impertinentes, resposta aos quesitos. PLANEJAMENTO E SEQÜÊNCIA DA PERÍCIA - Planejamento da perícia judicial, objetivos do planejamento, desenvolvimento do planejamento, cronograma, seqüência da perícia, ambiente de trabalho do perito, prazos judiciais, publicação.

4.4 LAUDO E PARECER PERICIAL JUDICIAL - Laudo Pericial / materialização do trabalho pericial, estrutura do laudo pericial, tópicos preliminares, corpo do relatório, considerações finais do laudo, encerramento, anexos que compõem o laudo pericial, modelos de laudo pericial, modelo de petições forenses de honorários periciais, solicitação de documentos, escusas de nomeações e de vários outros assuntos e exercícios de recapitulação das aulas. 4.5 O poder de polícia do Estado.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES		
DATA	ATIVIDADES PROGRAMADAS	
15/03/2010	Apresentação dos alunos, professora e conteúdo programático; Introdução à ética profissional. Código de ética do Engenheiro Agrônomo.	
22/03/2010	Introdução ao Direito Ambiental. Introdução ao Direito Agrário e ao Direito Social.	
29/03/2010	Estudo Dirigido	
05/04/2010	Lei Federal 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente, alterada pela Lei 10165 de 27/12/00 e Decreto 99.274/90.	
12/04/2010	Lei Federal 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais e Decreto 3.179/99.	
19/04/2010	Lei Federal 9.985/00 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Decreto 4.340 de 22/08/2002 - Regulamenta Artigos da Lei nº 9.985/00.	
26/04/2010	Legislação que regulamenta a atividade do perito engenheiro agrônomo	
03/05/2010	Estudo Dirigido	
10/05/2010	I Avaliação	
17/05/2010	PERÍCIA; PROVA PERICIAL.	17/1
24/05/2010	Não haverá aula – Congresso de Direito Ambiental – estudo dirigido extra – sala de aula;	
31/05/2010	PERITO JUDICIAL; REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS.	
07/06/2010	Estudo Dirigido	
14/06/2010	QUESITOS DE PERÍCIA; PLANEJAMENTO E SEQÜÊNCIA DA PERÍCIA.	
21/06/2010	São João – não haverá aula	
28/06/2010	LAUDO E PARECER PERICIAL JUDICIAL.	
05/07/2010	LAUDO E PARECER PERICIAL JUDICIAL.	
12/07/2010	Estudo dirigido	
19/07/2010	Provas Finais – conteúdo: toda a matéria do semestre	

FORMA DE AVALIAÇÃO DO APRENDIZADO

O processo de avaliação será contínuo, e levará em conta a assiduidade e a participação do aluno nas atividades e o

resultado de duas (2) avaliações teóricas. Serão aplicadas provas substitutivas para os alunos que não puderam comparecer nos dias das avaliações teóricas.

$$M = \frac{1^{\text{a}} \text{ Prova} + \text{soma das notas dos 5 estudos dirigidos}}{2}$$

Os alunos deverão entregar os estudos em sala de aula, portanto se o aluno tiver faltado, não poderá entregar o trabalho posteriormente; não serão aceitos trabalhos entregues após o prazo

Cada estudo dirigido valerá até 02 pontos

Os alunos que não entregarem os cinco estudos dirigidos deverão fazer a 2ª prova em substituição à nota daqueles

Os alunos que perderem uma das avaliações deverão fazer a prova até, no máximo, 48 horas que antecedem a 2ª prova, em horário extra-aula a ser determinado pelo docente.

METODOLOGIA DE ENSINO

Exposição oral participada sobre o tema proposto; Projeção de roteiros em slides, para facilitar o acompanhamento lógico do tema; Leitura e discussão de textos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, J.R. A. **Perícia ambiental, judicial e securitária**. Impacto, dano e passivo ambiental. 3ª reimpr. Rio de Janeiro: Thex, 2009. 501p.

BARROS, W. P. **Curso de direito ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. 530p.

BARROS, W. P. **Curso de direito agrário**. Doutrina, jurisprudência e exercícios. 6ª ed. v.2. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. 224p.

BARROS, W. P. **Curso de direito agrário**. Legislação. 6ª ed. v.1. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. 229p.

CUNHA, S.B. da. **Avaliação e perícia ambiental**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 286p.

JULIANO, R. Manual de perícias. 4ª ed. Rio Grande: Rui Juliano Perícias, 2009. 602p.

MEDAUAR, Odete (Org). **Coletânea de legislação de direito ambiental**. Constituição Federal. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 1167p.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente**. A gestão ambiental em foco. 6ª ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2009, 1343p.

NALINI, J.R. **Ética geral e profissional**. 6ª ed. São Paulo: RT, 2008. 526p.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, P. B. **Direito ambiental**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. 560p.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campos, 1992. 216p.

BORGES, P.T. **Institutos básicos de direito agrário**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. 304 p.

Aprovado em Reunião, dia ____/____/____.

Coordenador do colegiado